

Genéricos fazem dez anos

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.

Dez de fevereiro de 1999. O “Diário Oficial da União” publica a Lei 9.787/99. Está implantada, no Brasil, a política de medicamentos genéricos em meio a um grande debate que mobilizou, de um lado, o Congresso Nacional e o Governo Federal e, do outro, a indústria farmacêutica fabricante de medicamentos de referência. A população envolveu-se com os genéricos aos poucos, à medida que era convencida do seu alcance social e de sua confiabilidade pelas campanhas desencadeadas na mídia pelo Ministério da Saúde e, também, pela firme defesa feita por lideranças políticas, comunitárias e farmacêuticas.

A nova norma ganhou o nome de Lei dos Genéricos. E o País dava uma prova de maturidade no enfrentamento de um dos problemas que mais afligia a população, notadamente a mais carente: o acesso aos medicamentos. Os genéricos “purificaram” o mercado, criando uma necessária concorrência com os produtos de referência e similares. Depois, levaram a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) a exigir dos similares os mesmos testes de

bioequivalência e biodisponibilidade cobrados dos genéricos.

Um dos atores que tiveram atuação marcante no contexto da elaboração da Lei dos Genéricos e da política desses medicamentos foi o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos. Ele lembra que os debates prós e contra os genéricos, e até mesmo as pressões contrárias da indústria farmacêutica à aprovação da Lei, precipitaram a população para a construção de uma reflexão – e de uma opinião positiva – sobre esses me-

dicamentos. Brotava na cabeça das pessoas a consciência dos benefícios dos genéricos.

“Dez anos depois, posso dizer que a política de genéricos está consolidada, apesar de haver um movimento com vistas a desestabilizá-la”, declara o Dr. Jaldo de Souza Santos. Salienta que a população, apesar desse movimento, tem procurado os genéricos, cada vez mais.

O Presidente do CFF lembra o papel fundamental dos farmacêuticos na consolidação da política dos genéricos. Diz que os seus serviços de orientação aos



pacientes e a intercambialidade do produto de referência pelos genéricos prevista em norma são de suma importância para o setor, inclusive por dar segurança aos usuários dos produtos.

No início da gestão de José Serra como Ministro da Saúde, Souza Santos o visitou e lhe entregou um documento contendo um elenco de reivindicações. Uma delas era a de implantação dos genéricos, no País. E quando a Lei 9.787/99 foi publicada, o Presidente do CFF viajou por todo o País, pregando os benefícios dos genéricos e conclamando a sociedade a defender esses produtos como uma conquista sua. Quando a política estava sendo alinhavada, ele colocou o CFF à disposição de deputados, senadores e técnicos do Ministério da Saúde. Muitas questões técnicas e científicas relacionadas a esses medicamentos foram debatidas, na sede do Conselho, com técnicos do órgão.

“As pessoas entenderam o recado e viram que a confiabilidade e os preços em média 40% menores dos genéricos não eram um discurso político, nem um trabalho de marketing para beneficiar os interesses econômicos de um determinado setor empresarial. Era algo sério, revolucionário, que veio para ficar e melhorar as suas vidas”, pontifica Souza Santos.

O Vice-Presidente do CFF, Amilson Álvares, estudioso do assunto, reitera as palavras do Presidente. Diz que os genéricos cumprem bem o seu papel

social, porque apresentam preços mais baixos que os de referência e qualidade. “Os genéricos até poderiam ter um desempenho melhor, se contassem com o apoio dos prescritores”, observa Álvares.

“Muitos resistem em prescrevê-los, por causa da pressão que sofrem da indústria farmacêutica de marca. Mas isso não leva ao descrédito dos genéricos, que continuam em processo de crescimento”, acrescenta o Vice-Presidente do Conselho Federal.

A questão do descrédito, aliás, parece não alcançar os genéricos, segundo Amilson Álvares, graças às campanhas orientadoras deflagradas, no País inteiro, pelo Governo. Essas campanhas sensibilizaram principalmente as classes menos favorecidas da população, que passaram a optar pelos genéricos por causa dos seus preços e de sua qualidade garantida pelos testes exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

CRESCIMENTO - Segundo a Agência, só na primeira quinzena de janeiro de 2009, foram registrados 37 novos genéricos, número bem maior do que o de registro feito, anteriormente. De acordo com a Pró Genéricos (Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos), a variedade de medicamentos genéricos e a quantidade de empresas farmacêuticas produtoras cresceram mais de 100% em relação ao ano em que começou essa produção.

Se já era promissor com bons indicadores econômicos, com a crise, os genéricos dispararam. No último trimestre do ano de 2008, considerado o período crítico da crise, as vendas de medicamentos genéricos subiram 22,3% em relação ao mesmo período de 2007.

Empresários do setor comemoram a explosão das vendas. Odnir Finotti, Presidente da Pró Genéricos, explica que a queda da renda mais a consolidação da confiança nos genéricos são dois ingredientes do bom desempenho do mercado. Ele avalia que o preconceito aos genéricos está caindo.

Em dinheiro, as indústrias de genéricos movimentaram US\$ 2 bilhões, em 2008. Esses valores representam alta de 31,4% em relação a 2007. A Pró Genérico informa que os números referem-se à movimentação das vendas no varejo.

Um estudo realizado pela Associação revela que os brasileiros economizaram, entre junho de 2001 e junho de 2008, R\$ 8,8 bilhões com o uso desses medicamentos. A entidade tomou como base de cálculo a diferença de preço entre o genérico e o de referência correspondente.

Leia, a seguir, uma entrevista com farmacêutica Maria Cleide Ribeiro Dantas de Carvalho, professora da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), e uma das maiores estudiosas de medicamentos genéricos, no Brasil.